

continua concentrado nas capitais e suas regiões metropolitanas. Surgem, entretanto, as primeiras luzes no fim do túnel com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, Brasília/DF) registrando os sintomas iniciais de desconcentração territorial da renda brasileira com o advento das cidades emergentes do interior. São mais de 100 centros urbanos interiorizados que começam a gerar e distribuir riqueza com acentuado dinamismo.

Tirar proveito desse leve movimento de desconcentração territorial da renda nacional parece ser a saída mais à mão para interiorizar o desenvolvimento, ou seja, para levar progresso e permanente bem-estar às áreas interioranas do Nordeste. Entretanto, com que ações pró-ativas e dentro de quais estratégias? Na busca de alternativas para dinamizar o aspecto econômico do desenvolvimento focado para o interior, sem perder de vistas a preocupação de distribuir a riqueza, a aquicultura se apresenta como atividade produtiva viável, cujo crescimento ainda é incipiente no Nordeste e no Brasil, apesar do potencial que dispomos em termos de clima, e disponibilidade de água

■ **A aquicultura pode dar substantiva contribuição para o processo de inclusão social no campo**



Foto: arquivo f&f

e solo. Para quem não sabe, recente estatística do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, Brasília/DF), reportada em um documento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) coloca a Região Nordeste à frente da produção aquícola do Brasil.

Com efeito, a aquicultura pode dar substantiva contribuição para o processo de inclusão social no campo, ao servir como sustentáculo para interiorizar as ações desenvolvimentistas e diversificar e dinamizar a produção tradicional das comunidades rurais. A verdade é que precisamos acreditar na aquicultura e desenvolvê-la, tal como estão fazendo os países asiáticos, a Índia, China, Tailândia, Indonésia e Vietnã como exemplos.


No caso do Nordeste rural, o segmento aquícola do cultivo do camarão marinho, na medida em que se desenvolve e se consolida como uma nova alternativa de produção comercial viável do ponto de vista técnico, financeiro e ambiental, revela um aspecto de enorme importância para o desenvolvimento da Região. Sua intrínseca característica de produção intensiva com apreciáveis requerimentos de mão de obra, a acentuada e crescente demanda pelo produto final, tanto no mercado nacional quanto no internacional, a relativa facilidade da comercialização e com resultados apresentando bons níveis de geração de renda em pequenas áreas trabalhadas, a atividade se ajusta como uma luva para constituir ou complementar a estrutura de produção da pequena unidade ou empresa familiar no meio rural do Nordeste.

Sob outro ângulo da análise, os requerimentos de mão de obra do cultivo de camarão marinho, pelo nível de produção intensiva, são de tal ordem que coloca a atividade no patamar de ser o segmento do setor primário da economia regional que mais gera emprego permanente por unidade de área trabalhada no Nordeste. A tecnologia disponível e ao alcance do pequeno produtor é ambientalmente sustentável.

Favorável a essa argumentação sobre o uso da carcinicultura como ferramenta para gerar renda e emprego no interior, está o fato já comprovado da adaptação da espécie de camarão *L. vannamei* às águas interiores ou continentais do Nordeste. O cultivo do camarão marinho sai do *habitat* natural nas águas salobras dos estuários, para chegar ao interior onde pode ser fo-

mentado com base na pequena unidade familiar. A produção comercial dessa espécie em águas interiores da Região, por iniciativa e esforços próprios de micro e pequenos produtores, já é uma realidade, principalmente nos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Entretanto, a disponibilidade de águas continentais na Região Nordeste acumuladas em represas de maior ou menor dimensão, em poços artesianos, em lagoas e rios, águas salitradas em muitos casos, e, portanto, não aptas para o consumo humano ou mesmo para a atividade agrícola, demanda uma ação específica dos governos estaduais para determinar o potencial de interiorização da atividade em cada Estado e a elaboração de programas e projetos para expansão ordenada e sustentável.

Os comentários que precedem são convincentes o bastante para que se possa inferir que a aquicultura do camarão marinho se ajuste aos requerimentos dos planos governamentais que buscam alternativas de produção para o pequeno produtor rural como forma de fixá-lo no meio e evitar ou minimizar o êxodo rural. Adicionalmente, no âmbito do pequeno, médio e do empreendimento de maior porte, são amplas as possibilidades de geração de emprego para trabalhadores de escassa qualificação profissional, que representam a grande maioria dos que vivem no interior do Nordeste. E nesse contexto que a carcinicultura com o camarão marinho pode, também, ser usada como uma saída valiosa e efetiva para o pescador artesanal da costa nordestina, cuja atividade tradicional se apresenta com acentuadas e contínuas reduções, criando a figura do pescador cessante com o consequente custo social do seguro-defeso para a sociedade.

Utilizada dentro de um contexto de inclusão social, a carcinicultura pode dar substancial contribuição para corrigir as desigualdades sociais que ainda persistem no Brasil e no próprio Nordeste, notadamente nas comunidades litorâneas e interioranas, onde é maior o desafio da geração de renda e de empregos produtivos, sem o que não haverá desenvolvimento. 

(\*) **Eduardo Rodrigues**  
é administrador de empresas  
abccam@abccam.com.br  
**Josemar Rodrigues** é  
engenheiro agrônomo  
abccambol@uol.com.br